

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.549 - SP
(2020/0244424-5)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : ALBEV ASS PROP LOT ALPES CANTAREIRA BEVERLY HILLS PARK
ADVOGADO : DURVAL SALGE JUNIOR - SP107418
EMBARGADO : PAULO CALCADA FILHO
ADVOGADO : LUÍS FELIPE DA SILVA ARAI - SP357318

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ALBEV ASS PROP LOT ALPES CANTAREIRA BEVERLY HILLS PARK em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Excelência, pela leitura atenta do acórdão - que decidiu pelo não conhecimento do Resp - constata-se inequivocamente que o mérito se circunscreve a inviabilidade da interposição do recurso, quando este versar sobre reexame de deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória.

Ocorre que o mérito do recurso não se escuda na hipótese acima descrita, mas de contrariedade ou negativa de vigência a dispositivo de lei federal, quais sejam, os artigos 186, 884, especialmente, e 927 todos do Código Civil, não se tratando, portanto de liminares ou, ainda, cognição sumária.

Tal ponto contraditório, merece “data venia”, os devidos esclarecimentos por parte do Poder Judiciário, para que assim, não venha existir preclusão sobre a matéria (fls. 232-233).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Superior Tribunal de Justiça

Claro, na decisão recorrida que, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*, conforme teor da Súmula 735/STF, corretamente aplicada no presente caso.

Registre-se que "Não se conhece do apelo nobre quando o fundamento central está calcado em decisão de natureza precária, sem caráter definitivo, aplicando, por analogia, a ratio decidendi dos precedentes que deram origem à Súmula nº 735 do STF." (AgInt no AgInt no AREsp 1.598.301/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 14/8/2020.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente